

Parque Yanomami

17.08.82

Sr. Kazuo Kawamoto
1ª Delegacia Regional
Rua dos Andradas, 473
Manaus AM

Prezado Sr. Kazuo,

Gostaria de lhe comunicar que a Comissão pela Criação do Parque Yanomami estará presente no encontro em Boa Vista.

Estamos concluindo o relatório sobre a situação de saúde e saúde cujos dados se referem ao trabalho em campo entre 1980 e 1981. Entretanto, visto o encontro em Boa Vista, consideramos oportuno passar desde já a suas mãos a parte que se refere à conclusão.

Agradecemos a sua colaboração com os trabalhos na área durante nossa estadia. Esperamos poder colaborar no futuro no que seja necessário para a saúde dos índios Yanomami.

Atenciosas respeitosas saudações

Leuz Regina de Sá

P/

Coordenadora

Dr. Dirine de Saude

Em 2.9.82

Leuz Regina de Sá

I - TERRA

a) Ocupação/Situação Jurídica:

A área interditada pelo Ministério do Interior, através da Portaria nº GM 025, de 9.3.82, tem como limite, ao norte, uma cadeia de serras que se constitui em barreira natural e divisor de águas entre o Brasil e Venezuela, a leste o meridiano 62°00'00" W, a oeste meridiano 66°20'00" W, e ao sul o traçado da rodovia BR-210. Considerados esses limites, ficaram excluídas as áreas indígenas do Catrimani, Ajarani, Pacu, Gurupira, Matapi, Ajuricaba e uma área de cerca de 800 ha. da área indígena do Mucajaí (vide Tabela abaixo). Essas áreas, entretanto, haviam sido reconhecidas como de ocupação dos índios Yanomami pelas Portarias da FUNAI, de nº 477/N, de 22.12.77, 505/N, de 29.5.78 e 512/N de 7.7.78.

<u>Localização/Proximidade:</u>	<u>Comunidades Conhecidas:</u>	<u>População Conhecida:</u>
<u>Em Roraima</u>		
Catrimani	Wakatautheri	62
	Opiktheri (km132)	37
	Opiktheri (km135)	43
Pacu	Wapokohipitheri	17
	Hawarahipitheri	27
Ajarani	Makasi	5
<u>No Amazonas</u>		
Ajuricaba	Taraguã	40
Gurupira	Araquem (p/verificar)	120
Matapi	(p/verificar)	
TOTAL		371

há ainda áreas comprovadamente Yanomami que, não obstante, não estão enquadradas quer na interdição, quer nas portarias acima referidas. São elas:

<u>Localização/Proximidade:</u>	<u>População conectada:</u>	<u>Comunidades conectadas:</u>
<u>Em Roraima</u>		
rio Mucajaí	Concha Velha	45
rio Ajarani (BR-210)	Alfredo	10
rio Ajarani (BR 210)	Pê de Pato	10
rio Ajarani (BR-210)	Maria Velha	16
rio Ajarani (BR-210)	Miheko	3
rio Ajarani (BR-210)	Igarapê do Flechal (p/verificar)	10
<u>No Amazonas</u>		
rio Iã	Nazarê	cerca de 40
rio Maruiã	Apuí	57
TOTAL		191

Apontamos brevemente, a seguir, alguns problemas em áreas periféricas, especificamente consideradas e particularmente problemáticas:

Ajarani - A maioria das comunidades está fora da área delimitada em 1978. Os funcionários da FUNAI tentam há anos, sem sucesso, atraí-los para a área delimitada pela Portaria 512/N.

Mucajaí - Cerca de 800 ha. da área delimitada em 1977 estão fora da área interdita em 9.3.82. A comunidade do Tuxaua Concha Velha, que vive entre as cachoeiras da Lata e a do Parafuso, no médio Rio Mucajaí, encontra-se excluída tanto da área interdita como da área delimitada.

Uraricaã - A CODESAIMA ocupa 20.000 ha. para garimpagem de ouro dentro da área interdita.

Pacu - Na confluência dos rios Catrimani e Arapixi, a comunidade de Hawarihipi mantém contato contínuo com regatões, que a exploram.

Catrimani - A área indígena do Catrimani, delimitada em 1978, encontra-se excluída dos limites da área interdita em 9.3.82. Os 21.000 ha. da área delimitada em 1978 nem sequer atendem às necessidades das quatro comunidades (159 índios).

Deminizinho - A maloca do Tuxauá Aniquel encontra-se na área
indígena Gurupira, delimitada pela Portaria 505/N.
Os índios dessa área freqüentemente ocupam-se na extração
da piaçaba, trabalhando em troca de armas e munição.

Marauiã - A comunidade do Apuã, os Ironasitheri, que vive acima da
Cachoeira Piraiba, não tem suas terras reconhecidas como
indígenas, não recebe qualquer assistência e está em
contato com seringueiros e regatões.

Iã - A comunidade de Nazaré (Iã) não tem suas terras
reconhecidas como indígenas e encontra-se fora da área
interditada. Recebe assistência esporádica da Equipe
Volante de Saúde de São Gabriel da Cachoeira. Tem sofrido
as consequências do contato indiscriminado com integrantes
do batalhão do I BEC, devido à proximidade da estrada
BR-307, em construção, e com comerciantes de São Gabriel
da Cachoeira.

Faz-se portanto necessário, ainda, estudar uma solução
global e definitiva, que permita a manutenção do equilíbrio
socio-econômico dos Yanomami como um todo. Aliás, a
Proposta de Criação de Um Parque Indígena Yanomami,
elaborado por um grupo de trabalho da FUNAI, em 1980,
atentava justamente para esse aspecto, propondo uma área
cuja extensão e limites englobavam todas as comunidades
conhecidas de ocupação indígena Yanomami. (1)

Deve-se considerar, como medida complementar, a criação de áreas tampão,
na qualidade de áreas de proteção ecológicas, adjacentes aos territórios
indígenas interditados. (vide Documento Parque Indígena Yanomami,
FUNAI, 1980)

-
- (1) Foram adotadas, até a presente data, as medidas oficiais a seguir enumeradas:
- 1 - A delimitação de 21 áreas separadas em 77/78 pelas portarias 477/N, 505/N, 512/N e 513/N;
 - 2 - Proposta da FUNAI para um Parque Indígena Yanomami em 1980, com extensão de 10.095.945 ha.;
 - 3 - Portaria GM/025, de 9.3.82, do Gabinete do Ministro de Interior, interditando uma área contínua de aproximadamente 7.700.000 (sete milhões e setecentos mil)ha. Essa última medida, de acordo com a Presidência da FUNAI, é de caráter preventivo, a qual seria ratificada por decreto da Presidência da República, reconhecendo a área como indígena. (entrevista com o presidente, em 7.5.82)

No entendimento de que a interferência é medida provisória, presente que a efetiva criação do Parque Yanomami é a meta final. Deve-se lembrar que um Parque Indígena tem, por lei, a múltipla função de proteção às terras indígenas, de assistência aos índios e de preservação da flora e fauna (Art.28 do Estatuto do Índio). Muito embora a situação de contato dos Yanomami seja complexa e varie de região para região, a criação de um Parque Indígena é indubitavelmente a medida mais completa para proteção dessa população. As variantes do estágio de contato, longe de serem um empecilho à adoção de uma medida ampla de proteção, resolvida com a criação do Parque, estariam apenas a requerer um cuidado adicional para cada região especificamente considerada. Atenção especial deve ser dada às áreas de maior contato com a sociedade envolvente, que são as regiões periféricas do território Yanomami.

b) Ocupação Territorial

A delimitação do território Yanomami deve levar em conta, necessariamente, sua forma de ocupação da terra.

Uma comunidade é formada, via de regra, de 30 a 250 indivíduos, pertencentes a várias famílias extensas, ligadas entre si por laços de casamento. Ao redor da habitação, os índios utilizam uma área de cerca de 900 metros quadrados por pessoa, para abrir roças, onde cultivam mandioca, macaxeira, carã, taioba, batata-dóce, banana, cana-de-acúcar, mamão, tabaco e plantas usadas na produção de artefatos. Essa área é periodicamente aumentada em função do desgaste natural da terra, chegando a atingir um raio de cerca de 3 quilômetros.

Os Yanomami utilizam ainda uma área mais extensa em torno da habitação, num raio de aproximadamente 15 quilômetros, para obtenção dos produtos da caça, da pesca e da coleta. O esgotamento dessa área, epidemias, hostilidades com aldeias próximas ou cisões internas podem levar os Yanomami a migrações num raio de 10 a 30 kms.

Para manter as relações econômicas e sociais intercomunitárias, fundamentais a seu modo de vida, os Yanomami percorrem distâncias que atingem muitas vezes uma raio de cerca de 150 km. Os índios Yanomami de Toototobi mantêm, por exemplo, ligações intercomunitárias com cerca de 25 grupos locais.

A epidemia de coqueluche de 1981 alastrou-se através de praticamente todo o território Yanomami.

... e os elementos da ocupação espacial... foram discutidos em detalhe, no corpo deste relatório.

II - INFRAESTRUTURA

É importante que a área Yanomami seja considerada como um todo e tenha uma administração centralizada dos trabalhos de saúde, educação e controle. Essa administração central estaria estreitamente articulada com os postos e missões e teria contato direto com outros centros nacionais. Um escritório centralizado, se eventualmente criado, deveria, evidentemente, estar localizado em área de fácil acesso às comunidades indígenas, aos postos e às missões, e próximo a facilidades de abastecimento, comunicação, transporte e assistência técnica variada. A necessidade de comunicação direta da sede com todos os postos e missões dentro da área Yanomami justificaria a utilização de uma frequência radiofônica exclusiva.

Como medida preventiva e em caráter de urgência, seria indispensável a criação, desde já, de POSTOS DE CONTROLE, que funcionem como mecanismos de vigilância ao contato desordenado com a sociedade envolvente.

Para que os POSTOS DE CONTROLE cumpram sua finalidade é necessário que sejam localizados estrategicamente nos limites leste, sul e oeste, geralmente fora da área interdita e distantes das malocas e dotados de infraestrutura adequada, de tal forma que não sejam desvirtuados e acabem se convertendo em postos de atração. Nesse sentido, sua infraestrutura deveria ser a mínima necessária, dispondo obrigatoriamente, entretanto, de radiofonia, transporte e clareira, para acesso de helicópteros, onde for o caso. Propomos as seguintes localizações para os POSTOS DE CONTROLE:

Rios	Coordenadas e/ou descrição geográfica da área	
Cauaburis		cruzamento da rod. BR-307 com o rio Cauaburis
Maiã		cruzamento da rod. BR-210 com o rio Maiã
Marauiã	00°18'20"NE 65°02'00"Wgr	confluência do rio Marauiã com o rio Guariba
Rio Preto		a ser pesquisado
Padauari		Cachoeira da Aliança
Aracã		confluência do rio Aracã com o rio Javari
Demini		Ajuricaba - posto desativado da FUNAI
Catrimani	00°55'50"NE 62°05'00"Wgr	confluência do rio Catrimani com o rio Arapixi
Ajarani		confluência do rio Ajarani com o Igarapé do Flechal
Apiã	02°23'37"NE 62°00'12"Wgr	
Mucajaí	02°42'00"NE 61°50'20"Wgr	Cachoeira do Parafuso
Uraricoera	03°15'00"NE 62°01'47"Wgr	
Uraricaã	03°22'40"NE 62°00'00"Wgr	Cachoeira Cigarra

Os postos em pontos estratégicos dentro da área indígena, de radiotelegrafia e transporte, deverão ser equipados com farmácia, ambulatório e geladeira (necessária para a preservação de vacinas).

É altamente recomendável que a administração da área Yanomami inclua um conselho composto por pessoas conhecedoras da problemática Yanomami. É importante ressaltar o enfoque multidisciplinar do trabalho entre os Yanomami, para a obtenção de resultados satisfatórios. Sem dúvida, o Brasil poderia colocar-se em posição de vanguarda, desenvolvendo um trabalho exemplar e de amplo sentido humanitário.

III - SAÚDE

A saúde dos Yanomami depende, em grande parte, da situação de contato desses índios com a população envolvente. É significativo o fato de que a tuberculose, por exemplo, no momento, prevalece nas áreas periféricas, como Maturacã, Apuí, Ajarani, Mucajaí e Palimiu. A região onde são observadas as piores condições de saúde (Maturacã) é justamente a que apresenta as maiores alterações do modo de vida tradicional Yanomami. Nesse sentido, medidas que visem impedir o contacto indiscriminado dos Yanomami com as frentes de expansão da sociedade envolvente, como a recente interdição da área e a necessária criação de uma rede de postos de controle, podem ser consideradas de grande valor em termos de medicina preventiva.

Atualmente, a assistência sanitária aos Yanomami é prestada por 4 organizações religiosas diferentes e 2 Delegacia Regionais da FUNAI. Há necessidade de se definir um núcleo para convergência das informações epidemiológicas. Essa centralização administrativa favorecerá a eleição de prioridades, elaboração de estratégias e programas de saúde, bem como melhor treinamento, supervisão e retaguarda para os paramédicos em contacto direto e permanente com a população.

A criação desse grupo responsável pela política de saúde entre os Yanomami, certamente, deveria incluir a participação de missionários. Os programas para controle das principais endemias da região (malária, tuberculose,

oncocercose) seriam articulados junto aos órgãos competentes do Ministério da Saúde, e, assim como os programas de vacinação, deveriam ser periodicamente avaliados. Os programas de vacinação são prioritários e merecem um aperfeiçoamento da metodologia atualmente utilizada, uma vez que as dificuldades de transporte e conservação de vacinas nessas áreas podem comprometer a eficácia dos programas. O uso recente de helicópteros para campanhas de imunização dever-se-ia tornar rotineiro. Entre as funções dessa equipe central de saúde deveria estar a sua participação em programas mais amplos (desenvolvimento comunitário, educação, criação de infra-estrutura, etc.) e no controle de saúde dos que trabalham entre os Yanomami (missionários, funcionários da FUNAI, pesquisadores): os indivíduos que ingressarem em área deverão ser previamente submetidos a exame médico e a outras medidas que consideradas necessárias (vacinações, exames complementares, etc.). Durante o trabalho, qualquer intercorrência clínica deverá ser notificada à equipe central de saúde.

A realização de reuniões para intercâmbio das experiências, avaliação do trabalho e atualização profissional, é certamente aconselhável, não só com os trabalhadores de saúde a nível local, bem com os médicos e paramédicos que atuam entre os Yanomami na Venezuela.

Por fim é necessário lembrar que, face à complexidade da problemática de saúde entre os Yanomami, sempre que possível, dever-se-á recorrer a convênios com universidades e centros de pesquisa.

IV - EDUCAÇÃO

Todas as missões têm, via de regra, um programa educacional, alguns informais, outros sistemáticos. Na maioria das missões, esses programas são desenvolvidos nas sedes. A alfabetização é geralmente feita inicialmente em uma das quatro línguas Yanomami, com breves aulas de português oral. As cartilhas são preparadas pelos missionários. Nas missões evangélicas, a preocupação é a tradução da bíblia e as cartilhas contêm pouca ou nenhuma referência à cultura Yanomami.

As aulas, na maioria dos casos obedecem ao calendário escolar urbano e a frequência é usualmente maior entre os homens do que entre as mulheres.

... em Brasília, foi organizado um encontro de missionários, um encontro do Museu Nacional e funcionários da FUNAI, com o intuito de codificar um alfabeto para os quatro sub-grupos linguísticos Yanomami. (1)

Em 1972, o linguista Ernesto Migliazza defendeu sua tese de doutoramento com o trabalho Yanomama Grammar and Intelligibility.

O missionário e linguista Donald Borgman, das Missões Evangélicas da Amazônia, fez um estudo extensivo e redigiu uma gramática pedagógica da língua Sanumã, falada nas comunidades dos Rios Auaris e Olomai.

Data de 1975, o Manual para treinamento na língua Yanomam, da antropóloga Alcida Ramos, em convênio com a Universidade de Brasília:

Em 1981, Loretta Emiri, missionária do Catrimani, preparou uma Gramática Pedagógica Yanomamê, (referente ao subgrupo linguístico Yanomam).

Tem-se conhecimento, ainda, de dicionários Yanomam, língua falada nas comunidades das Surucucus, Toototobi, Catrimani, Couto de Magalhães, Palimiú e na Venezuela.

Hã cartilhas Yanomamê, Yanam, Yanomam, e Sanumã, preparados pelos missionários seguindo o método do SIL (Summer's Linguistic Institute).

São necessários, evidentemente, estudos mais aprofundados dos diversos sub-grupos linguísticos.

O plano educacional, o material didático, que eventualmente venha a ser produzido, bem como a conduta dos agentes em contato com os índios deverão levar sempre em conta as seguintes prioridades:

- 1 - a valorização da língua e cultura Yanomami;
- 2 - o reforço do sentimento de auto-estima como etnia distinta;
- 3 - a procura de formas de mediação para evitar conflitos e tensões, incentivando contatos amistosos que aprofundem as relações de cooperação entre as comunidades;

(1) Um primeiro estudo e classificação das principais línguas faladas pelos índios Yanomami foi feito por Ernesto Migliazza: o Yanomam, o Yanam, o Yanomamê, e o Sanumã. Apesar de diferenças linguísticas, os diversos grupos Yanomami conseguem fazer-se entender razoavelmente bem.

- 5 - a informação da existência de culturas indígenas assemelhadas;
- 6 - o esclarecimento dos problemas resultantes do contato com a sociedade envolvente;
- 7 - a organização de cursos de preparação e atualização para os agentes que venham a trabalhar na área Yanomami.

V - CONVÊNIOS

É recomendável, em virtude da extensão da área, do grande número de índios e do volume de recursos financeiros necessários, a formalização de convênios com entidades, estatais ou não, visando juntar esforços e incorporar maior apoio e proteção nas áreas de saúde (medicina, odontologia, nutrição, etc.), antropologia, zoologia, botânica, linguística, ecologia, educação, etc...

Finalmente, a COMISSÃO PELA CRIAÇÃO DO PARQUE YANOMAMI renova sua disposição de participar, de forma ativa, não só na implantação das recomendações acima, como nos trabalhos de definição e estruturação de todas as questões ligadas à problemática Yanomami.

P/ COMISSÃO PELA CRIAÇÃO DO PARQUE YANOMAMI

Theresa Helena de Barros Pimentel

Roberto Zucchi

Atílio de Barros Silva

Ricardo Bellego Barros

Antonio

Antonio